

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

Em cumprimento do preceituado no Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentam-se os documentos de prestação de contas relativos ao ano económico de 2007, destinados a apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo.

Procede-se de seguida à exposição de vários considerandos sobre a situação orçamental, económica, financeira e patrimonial, atinentes a uma melhor compreensão dos destinatários desta informação.

### **1. ANÁLISE ORÇAMENTAL**

#### **1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

---

Na exposição sobre a execução orçamental que a seguir se disponibiliza, continuam evidentes as dificuldades financeiras que o Município atravessa, o fraco desempenho económico que tarda em ser contrariado e o reduzido grau de execução orçamental decorrente dos dois factores anteriores. Centramo-nos estritamente no desempenho económico-financeiro próprio do nosso município, ou seja, naquilo que é nosso e que de nós depende directamente. Tratando-se de um trabalho de continuidade, temos que ter sempre presentes os condicionalismos verificados nos exercícios anteriores e o seu reflexo no exercício em análise.

No seguimento do procedimento adoptado no exercício anterior, continuaremos a comentar a execução orçamental de acordo com os valores reais, sem descurar a análise por despesa “paga”. A utilização deste critério deve-se simultaneamente à necessidade de uma avaliação rigorosa dessa execução, cujos valores assentam em mapas extraídos do sistema de informação contabilística. Os mapas disponibilizados neste âmbito, designadamente o “Controlo Orçamental – Despesa” e o “Controlo Orçamental – Receita” apenas disponibilizam informação na óptica do compromisso e do pagamento, descurando a execução real da despesas, pelo que entende o actual executivo complementar essa informação com dados que também se revelam de importância relevante. Reiterando o referido no exercício precedente, apesar de ser prática comum medir o desempenho da execução orçamental das entidades públicas através do grau de execução orçamental

obtido através do rácio despesa paga/despesa orçamentada, entendemos que descurar a despesa real (que inclui a que se encontra por pagar) apenas contribui para a análise mais correcta se detenha igualmente na despesa já assumida. Este é um dos factores que certamente está na origem da situação financeira desequilibrada, em que muitos Municípios se encontram... incluindo o nosso.

Acresce que, por força da aprovação da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), que revogou a Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, a presente análise tem em conta este novo normativo legal.

### 1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita continua a reflectir a sobre dotação das mesmas nas suas diversas classificações, especialmente da Venda de Bens de Investimento e Rendimentos de Propriedade, conduz a um grau de execução global mais baixo. Através das conclusões a retirar nos seguintes pontos, pode considerar-se que uma das principais razões das disparidades entre o orçamentado e o executado será a evolução incontrolável das despesas do Município e a consequente necessidade de “planejar” receitas que possam eventualmente suportar essa situação. Como se pode verificar na tabela seguinte, verificam-se desvios materialmente relevantes em quase todas as rubricas, não se tratando de uma situação pontual em 2007, mas que revela já uma tendência verificada em exercícios anteriores:

| Rub                | Designação                   | 2007          |              |               |           | 2006          |              |               |           |
|--------------------|------------------------------|---------------|--------------|---------------|-----------|---------------|--------------|---------------|-----------|
|                    |                              | Orçamentado   | Executado    | Diferença     | Grau Exec | Orçamentado   | Executado    | Diferença     | Grau Exec |
| 1                  | Impostos directos            | 1 312 427.00  | 1 266 090.50 | -46 336.50    | 96.47%    | 1 166 402.00  | 1 026 881.60 | -139 520.40   | 88.04%    |
| 2                  | Impostos indirectos          | 128 077.00    | 89 080.11    | -38 996.89    | 69.55%    | 142 273.00    | 99 943.85    | -42 329.15    | 70.25%    |
| 4                  | Taxas, multas e out pen.     | 211 172.00    | 1 694 200.50 | 1 483 028.50  | 802.28%   | 210 280.00    | 182 490.30   | -27 789.70    | 86.78%    |
| 5                  | Rendimentos da propriedade   | 3 182 546.00  | 295 649.68   | -2 886 896.32 | 9.29%     | 2 077 134.00  | 228 914.86   | -1 848 219.14 | 11.02%    |
| 6                  | Transferências correntes     | 3 166 183.93  | 3 058 203.34 | -107 980.59   | 96.59%    | 3 008 866.99  | 2 829 980.45 | -178 886.54   | 94.05%    |
| 7                  | Venda de bens e serv. corr.  | 513 250.00    | 315 259.58   | -197 990.42   | 61.42%    | 471 900.00    | 395 527.24   | -76 372.76    | 83.82%    |
| 8                  | Outras receitas correntes    | 29 050.00     | 25 486.87    | -3 563.13     | 87.73%    | 45 000.00     | 5 941.64     | -39 058.36    | 13.20%    |
| 9                  | Venda de bens de inv.º       | 5 355 834.00  | 538 475.00   | -4 817 359.00 | 10.05%    | 3 994 125.00  | 19 035.70    | -3 975 089.30 | 0.48%     |
| 10                 | Transferências de capital    | 2 599 687.00  | 1 732 785.65 | -866 901.35   | 66.65%    | 2 502 411.22  | 1 761 062.79 | -741 348.43   | 70.37%    |
| 12                 | Passivos financeiros         | 722 931.30    | 722 661.30   | -270.00       | 99.96%    | 1 007 197.30  | 786 231.75   | -220 965.55   | 78.06%    |
| 13                 | Outras receitas de capital   | 250 000.00    | 0.00         | -250 000.00   | 0.00%     | 210 000.00    | 0.00         | -210 000.00   | 0.00%     |
| 15                 | Rep. n/ abatidas nos pagamºs | 5.00          | 0.00         | -5.00         | 0.00%     | 500.00        | 0.00         | -500.00       | 0.00%     |
| 16                 | Saldo da gerência anterior   | 208 035.37    | 208 035.37   | 0.00          | 100.00%   | 174 712.48    | 174 712.48   | 0.00          | 100.00%   |
| Total das receitas |                              | 17 679 198.60 | 9 945 927.90 | -7 733 270.70 | 56.26%    | 15 010 801.99 | 7 510 722.66 | -7 500 079.33 | 50.04%    |

O grau de execução das receitas melhorou face a 2006, cifrando-se no final do exercício em 56,26%. Para o grau de execução orçamental de apenas 56,26%, contribuem três factores que essencialmente explicam esta situação:

- O orçamento da despesa transita de ano para ano com um valor tão significativo de despesa realizada por pagar, que condiciona invariavelmente o orçamento do exercício seguinte, como veremos de seguida;

- As receitas provenientes dos impostos apesar da evolução positiva em 2007, o seu acréscimo não acompanham o aumento do endividamento em termos gerais;
- O Município enfrenta dificuldades” preocupantes”em gerar receita própria para fazer face a todos os compromissos assumidos acumulados até à data.

### 1.1.2. DESPESA

Em termos de despesa, apresentamos, os valores “executados” (reais), bem como os valores “pagos”. Desta forma a análise da execução orçamental incide sobre essas duas realidades, podendo ser retiradas conclusões distintas para cada uma, na medida em que o grau de execução da despesa nivelou-se em 89,68% para 2007 e 2006, se considerarmos os valores “executados” (já facturados), enquanto que observamos um acréscimo do grau de execução orçamental de 48,95% para 53,82% se considerarmos valores pagos. Apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e logo de seguida os que respeitam ao exercício que o precedeu:

| 2007               |                                            |               |               |               |           |              |               |           |
|--------------------|--------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|-----------|--------------|---------------|-----------|
| Cpnta              | Designação                                 | Orçamentado   | Executado     | Diferença     | Grau Exec | Pago         | Diferença     | Grau Exec |
| 12010101           | Assembleia Mun. - Despesas com o pessoal   | 19 500.00     | 18 646.36     | -853.64       | 95.62%    | 18 392.56    | -1 107.44     | 94.32%    |
| 12010102           | Assembleia Mun. - Aq. de bens e serviços   | 2 750.00      | 2 510.60      | -239.40       | 91.29%    | 2 510.60     | -239.40       | 91.29%    |
| 12010201           | Cam. Municipal - Despesas com o pessoal    | 2 848 187.62  | 2 836 828.78  | -11 358.84    | 99.60%    | 2 661 829.48 | -186 358.14   | 93.46%    |
| 12010202           | Cam. Municipal - Aq. de bens e serviços    | 4 141 351.75  | 3 880 469.74  | -260 882.01   | 93.70%    | 2 210 910.94 | -1 930 440.81 | 53.39%    |
| 12010204           | Cam. Municipal - Transferências correntes  | 466 701.00    | 316 918.31    | -149 782.69   | 67.91%    | 255 751.27   | -210 949.73   | 54.80%    |
| 12010205           | Cam. Municipal - Subsídios                 | 590 200.00    | 574 282.00    | -15 918.00    | 97.30%    | 574 282.00   | -15 918.00    | 97.30%    |
| 12010206           | Cam. Municipal - Outras despesas correntes | 27 500.00     | 25 695.52     | -1 804.48     | 93.44%    | 25 695.52    | -1 804.48     | 93.44%    |
| 12010207           | Cam. Municipal - Aq. de bens de capital    | 7 655 310.93  | 6 532 775.79  | -1 122 535.14 | 85.34%    | 2 192 296.92 | -5 463 014.01 | 28.64%    |
| 12010208           | Cam. Municipal - Transferências de Capital | 488 002.00    | 308 106.20    | -179 895.80   | 63.14%    | 270 629.62   | -217 372.38   | 55.46%    |
| 12010209           | Activos financeiros                        | 21 750.00     | 0.00          | -21 750.00    | 0.00%     | 0.00         | -21 750.00    | 0.00%     |
| 12010303           | Op. Financeiras - Juros e outros encargos  | 563 340.00    | 531 788.09    | -31 551.91    | 94.40%    | 479 862.08   | -83 477.92    | 85.18%    |
| 12010310           | Op. Financeiras - Passivos financeiros     | 854 605.30    | 826 975.90    | -27 629.40    | 96.77%    | 823 472.86   | -31 132.44    | 96.36%    |
| Total das despesas |                                            | 17 679 198.60 | 15 854 997.29 | -1 824 201.31 | 89.68%    | 9 515 633.85 | -8 163 564.75 | 53.82%    |

| 2006               |                                            |               |               |               |           |              |               |           |
|--------------------|--------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|-----------|--------------|---------------|-----------|
| Cpnta              | Designação                                 | Orçamentado   | Executado     | Diferença     | Grau Exec | Pago         | Diferença     | Grau Exec |
| 12010101           | Assembleia Mun. - Despesas com o pessoal   | 10 787.00     | 10 151.28     | -635.72       | 94.11%    | 9 897.48     | -889.52       | 91.75%    |
| 12010102           | Assembleia Mun. - Aq. de bens e serviços   | 1 500.00      | 433.40        | -1 066.60     | 28.89%    | 433.40       | -1 066.60     | 28.89%    |
| 12010201           | Cam. Municipal - Despesas com o pessoal    | 2 692 424.19  | 2 674 410.49  | -18 013.70    | 99.33%    | 2 514 351.51 | -178 072.68   | 93.39%    |
| 12010202           | Cam. Municipal - Aq. de bens e serviços    | 3 466 791.28  | 3 253 887.49  | -212 903.79   | 93.86%    | 1 594 701.61 | -1 872 089.67 | 46.00%    |
| 12010204           | Cam. Municipal - Transferências correntes  | 540 674.00    | 459 150.05    | -81 523.95    | 84.92%    | 381 370.07   | -159 303.93   | 70.54%    |
| 12010205           | Cam. Municipal - Subsídios                 | 35 000.00     | 0.00          | -35 000.00    | 0.00%     | 0.00         | -35 000.00    | 0.00%     |
| 12010206           | Cam. Municipal - Outras despesas correntes | 66 250.00     | 65 587.80     | -662.20       | 99.00%    | 65 587.80    | -662.20       | 99.00%    |
| 12010207           | Cam. Municipal - Aq. de bens de capital    | 6 576 884.22  | 5 877 695.01  | -699 189.21   | 89.37%    | 1 777 527.75 | -4 799 356.47 | 27.03%    |
| 12010208           | Cam. Municipal - Transferências de Capital | 557 742.00    | 529 555.99    | -28 186.01    | 94.95%    | 429 326.26   | -128 415.74   | 76.98%    |
| 12010209           | Activos financeiros                        | 27 500.00     | 12 500.00     | -15 000.00    | 45.45%    | 12 500.00    | -15 000.00    | 45.45%    |
| 12010303           | Op. Financeiras - Juros e outros encargos  | 337 642.00    | 336 343.49    | -1 298.51     | 99.62%    | 320 383.49   | -17 258.51    | 94.89%    |
| 12010310           | Op. Financeiras - Passivos financeiros     | 697 607.30    | 241 415.72    | -456 191.58   | 34.61%    | 241 415.72   | -456 191.58   | 34.61%    |
| Total das despesas |                                            | 15 010 801.99 | 13 461 130.72 | -1 549 671.27 | 89.68%    | 7 347 495.09 | -7 663 306.90 | 48.95%    |

Na estrutura da despesa o peso das aquisições de bens e serviços (correntes e de capital) e os custos com o pessoal são determinantes, tanto em 2006 como em 2007. Apesar de se tratar de uma situação recorrente, torna-se particularmente difícil contorná-la, não obstante ser necessário no futuro, incidir nestas rubricas uma acrescida contenção da despesa. Apesar de no início de cada exercício se perspectivar um Orçamento que procura apertar

na despesa e diminuir o “ fosso” que a separa em relação à receita, a obrigação de cumprir compromissos transitados e a ausência de receita proporcionalmente a arrecadar, contribuem para este desempenho orçamental, que se encontra bem longe das metas desejáveis.

## 1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

### 1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A gravidade da situação orçamental parte da própria estrutura de receitas/despesas correntes que já não apresenta equilíbrio, apresentando valores negativos nos sucessivos exercícios, revelando que a estrutura de custos do Município se encontra claramente desajustada à dimensão das suas receitas. As despesas correntes de 2007 ascenderam a 8.187.139,40 euros, mostrando-se superiores em 20,40 %, em relação às receitas também correntes que totalizaram 6.743.970,58 euros. Em 2006, os valores das despesas e receitas já apresentavam um notório desequilíbrio, ao apresentarem os valores de 6.799.964,00 euros e 4.769.679,94 euros, respectivamente.

| RESULTADOS CORRENTES |               |             |               |
|----------------------|---------------|-------------|---------------|
| Receitas             | 6 743 970.58  | Receitas    | 4 769 679.94  |
| Despesas             | 8 187 139.40  | Despesas    | 6 799 964.00  |
| Défice 2007          | -1 443 168.82 | Défice 2006 | -2 030 284.06 |

Nos dois exercícios supra referidos, o Município não cumpriu com o princípio orçamental do equilíbrio, uma vez que as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes.

### 1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

Aos resultados correntes negativos, acrescem os valores também negativos das operações de capital, constituindo estas a maior parcela do Défice Orçamental do Município à data de 31 de Dezembro de 2007, tal como ocorreu em 2006. Em 2007, as receitas cobrem as despesas em apenas 41,76%. Em 2006, este rácio era de 41,15%.

| RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL |               |             |               |
|-------------------------------------|---------------|-------------|---------------|
| Receitas                            | 3 201 957.32  | Receitas    | 2 741 042.72  |
| Despesas                            | 7 667 857.89  | Despesas    | 6 661 166.72  |
| Défice 2007                         | -4 465 900.57 | Défice 2006 | -3 920 124.00 |

### 1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa permitiu identificar desvios significativos tanto em 2007 como nos exercícios transactos, tendo-se concluído pelo incumprimento das metas e perspectivas traçadas. Neste sentido, aferiu-se um saldo negativo de 3.114.626,48 euros entre as receitas e despesas de 2005, sendo de 4.949.912,38 euros no final de 2006 e 5.909.069,39 euros no final de 2007.

Nestes termos, o Município revela um agravamento progressivo do seu défice orçamental, o que já se verificava em 2004 e anos anteriores:

| EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL |               |             |               |             |               |
|----------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| Receitas                   | 9 945 927.90  | Receitas    | 7 510 722.66  | Receitas    | 8 689 056.48  |
| Despesas                   | 15 854 997.29 | Despesas    | 12 460 635.04 | Despesas    | 11 803 682.96 |
| Défice 2007                | -5 909 069.39 | Défice 2006 | -4 949 912.38 | Défice 2005 | -3 114 626.48 |

## 2. FONTES DE FINANCIAMENTO

### 2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

#### 2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

São consideradas Receitas Próprias aquelas que o Município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas ou a empréstimos contraídos.

Em 2006, estas receitas corresponderam a 28,41% do total, donde se depreende que a grande fatia das cobranças efectuadas depende de financiamentos externos à autarquia. Em 2007 este indicador melhorou significativamente, cifrando-se em 44,56%, conforme se observa:

| Designação         | 2007         |         | 2006         |         |
|--------------------|--------------|---------|--------------|---------|
|                    | Valor        | %       | Valor        | %       |
| Receitas Próprias  | 4 432 277.61 | 44.56%  | 2 133 447.67 | 28.41%  |
| Outras Receitas    | 5 513 650.29 | 55.44%  | 5 377 274.99 | 71.59%  |
| Total das Receitas | 9 945 927.90 | 100.00% | 7 510 722.66 | 100.00% |

#### 2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Verifica-se em 2007 um aumento de 16,11 pontos percentuais do peso das Receitas Próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2006, com um acréscimo do seu valor absoluto em 2.298.829,94 euros, essencialmente devido à evolução das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, conforme observaremos de seguida.

Nas Receitas Próprias de 2007, destacam-se os Impostos directos (28,57%), as Taxas, multas e outras penalidades (38,22%), os Rendimentos de propriedade (6,67%), a Venda de bens e serviços (7,11%) e a Venda de bens de investimento (12,15%).

| Conta                       | Designação                   | 2007         |        | 2006         |        |
|-----------------------------|------------------------------|--------------|--------|--------------|--------|
|                             |                              | Executado    | Peso   | Executado    | Peso   |
| 1101                        | Impostos directos            | 1 266 090.50 | 28.57% | 1 026 881.60 | 48.13% |
| 1102                        | Impostos indirectos          | 89 080.11    | 2.01%  | 99 943.85    | 4.68%  |
| 1104                        | Taxas, multas e out pen.     | 1 694 200.50 | 38.22% | 182 490.30   | 8.55%  |
| 1105                        | Rendimentos da propriedade   | 295 649.68   | 6.67%  | 228 914.86   | 10.73% |
| 1107                        | Venda de bens e serv. corr.  | 315 259.58   | 7.11%  | 395 527.24   | 18.54% |
| 1108                        | Outras receitas correntes    | 25 486.87    | 0.58%  | 5 941.64     | 0.28%  |
| 1109                        | Venda de bens de inv.º       | 538 475.00   | 12.15% | 19 035.70    | 0.89%  |
| 1113                        | Outras receitas de capital   | 0.00         | 0.00%  | 0.00         | 0.00%  |
| 1115                        | Rep. n/ abatidas nos pagamºs | 0.00         | 0.00%  | 0.00         | 0.00%  |
| 1116                        | Saldo da gerência anterior   | 208 035.37   | 4.69%  | 174 712.48   | 8.19%  |
| Total das receitas próprias |                              | 4 432 277.61 | 44.56% | 2 133 447.67 | 28.41% |
| Total das receitas          |                              | 9 945 927.90 |        | 7 510 722.66 |        |

Em 2007 as receitas próprias face às receitas totais têm um peso de 44,56%, com um acréscimo significativo face a 2006 (28,41%) decorrente da evolução das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades.

### 2.1.3. INDICADORES

Além das conclusões anteriores, podemos verificar também que as Receitas Próprias cobrem apenas 28% da Despesa Total. Os Impostos Directos, representam apenas 13% da Receita Total.

| Rácio                             | 2007 | 2006 |
|-----------------------------------|------|------|
| Receitas Próprias / Despesa Total | 0.28 | 0.16 |
| Receitas Próprias / Receita Total | 0.45 | 0.28 |
| Impostos Directos / Receita Total | 0.13 | 0.14 |

## 2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

### 2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua actividade directa são as Transferências Correntes e de Capital, bem como os Passivos Financeiros, nomeadamente os empréstimos contratados.

No Município estes financiamentos representam 55,44% do total das receitas, conforme já observado. Analisando o seu conteúdo verificamos que são as transferências correntes que continuam a possuir maior peso (55,47%), enquanto que as transferências de capital continuam a perder importância. Por outro lado, apesar de constituir uma redução de “receita”, observámos a redução da utilização de Passivos Financeiros, conforme evidenciado no seguinte mapa:

| Financiamento não próprio | 2007         |         | 2006         |         |
|---------------------------|--------------|---------|--------------|---------|
|                           | Valor        | %       | Valor        | %       |
| Transferências correntes  | 3 058 203.34 | 55.47%  | 2 829 980.45 | 52.63%  |
| Transferências capital    | 1 732 785.65 | 31.43%  | 1 761 062.79 | 32.75%  |
| Passivos Financeiros      | 722 661.30   | 13.11%  | 786 231.75   | 14.62%  |
| Total                     | 5 513 650.29 | 100.00% | 5 377 274.99 | 100.00% |

## 2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

### 2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento de Estado. Esta participação foi reformulada face à nova Lei das Finanças Locais (LFL), a qual consignou as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, desdobrado em:
  - o **FGM** – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
  - o **FCM** – Fundo de Coesão Municipal: visa a correcção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação no IRS** (artigo 20º da LFL): Participação de 5% em 2007 no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (84,10%), quer de capital

(83,31%), tendo-se verificado no segundo caso um ganho do peso dos valores da participação comunitária em projectos co-financiados.

### ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|                                  | 2007         |         | 2006         |         |
|----------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|
|                                  | Valor        | %       | Valor        | %       |
| Fundos Municipais                | 2 572 027.50 | 84.10%  | 2 427 632.00 | 85.78%  |
| Outras Entidades Estado          | 315 371.81   | 10.31%  | 263 972.03   | 9.33%   |
| Participação Comunitária         | 35 409.10    | 1.16%   | 37 138.31    | 1.31%   |
| Fundos e Serv. Autónomos         | 52 362.67    | 1.71%   | 46 388.31    | 1.64%   |
| Outras transferencias correntes  | 83 032.26    | 2.72%   | 54 849.80    | 1.94%   |
| Total das Transferências Capital | 3 058 203.34 | 100.00% | 2 829 980.45 | 100.00% |

### ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

|                                  | 2007         |         | 2006         |         |
|----------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|
|                                  | Valor        | %       | Valor        | %       |
| Fundos Municipais                | 1 443 632.50 | 83.31%  | 1 618 421.00 | 91.90%  |
| Outras Entidades Estado          | 7 500.00     | 0.43%   | 9 600.00     | 0.55%   |
| Serv. Fundos Autónomos           | 39 305.87    | 2.27%   | 0.00         | 0.00%   |
| Participação Comunitária         | 242 347.28   | 13.99%  | 133 041.79   | 7.55%   |
| Total das Transferências Capital | 1 732 785.65 | 100.00% | 1 761 062.79 | 100.00% |

Os Fundos Municipais tiveram a seguinte representação em 2007:

| Fundos   | FGM        | FCM       | FBM       | FEF          | IRS        | FSM        | Total        |
|----------|------------|-----------|-----------|--------------|------------|------------|--------------|
| Capital  | 66 090.00  | 32 769.00 | 36 008.00 | 1 308 765.50 | -          | -          | 1 443 632.50 |
| Corrente | 99 135.00  | 49 153.00 | 54 013.00 | 2 001 943.50 | 184 482.00 | 183 301.00 | 2 572 027.50 |
| Total    | 165 225.00 | 81 922.00 | 90 021.00 | 3 310 709.00 | 184 482.00 | 183 301.00 | 4 015 660.00 |

Sendo:

**FGM:** Fundo Geral Municipal

**FCM:** Fundo Coesão Municipal

**FBM:** Fundo Base Municipal

**FEF:** Fundo Equilíbrio Financeiro

**IRS:** Participação fixa IRS

**FSM:** Fundo Social Municipal

#### 2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais



É de assinalar o decréscimo do total de fundos de 2007 face a 2006, representando 0,75% de quebra. Considerando os efeitos da subida de preços (inflação) este decréscimo é na ordem de 3%.

| Ano  | Total de Fundos | Var n/n-1 |
|------|-----------------|-----------|
| 2003 | 3 785 037.00    | -         |
| 2004 | 3 966 719.00    | 4.80%     |
| 2005 | 4 046 053.00    | 2.00%     |
| 2006 | 4 046 053.00    | 0.00%     |
| 2007 | 4 015 660.00    | -0.75%    |

### 2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso das autarquias a Fundos Comunitários possui um importante papel na concretização de projectos de investimento, que de outra forma não seriam possíveis por manifesta incapacidade financeira. Nos exercícios de 2004 a 2007, os apoios recebidos no âmbito do FEDER representaram quase 100% dos Fundos Comunitários. Coincidindo com o final do III Quadro Comunitário de Apoios, observamos o reduzido peso que este género de receitas assumiu no exercício de 2007 em termos de capital (13,99%).

|        | 2007       |         | 2006       |         | 2005       |         | 2004         |         |
|--------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|--------------|---------|
|        | Valor      | %       | Valor      | %       | Valor      | %       | Valor        | %       |
| FLORAL | 34 558.52  | 14.26%  | 14 281.69  | 8.39%   | 8 523.86   | 1.96%   | 3 045.33     | 0.25%   |
| FEDER  | 207 788.76 | 85.74%  | 137 108.28 | 80.57%  | 424 813.02 | 97.63%  | 1 188 824.62 | 99.50%  |
| Outros | 0.00       | 0.00%   | 18 790.13  | 11.04%  | 1 799.78   | 0.41%   | 2 908.96     | 0.24%   |
| Total  | 242 347.28 | 100.00% | 170 180.10 | 100.00% | 435 136.66 | 100.00% | 1 194 778.91 | 100.00% |

O total de participações comunitárias em projectos co-financiados correspondeu a 2,43% da receita global (depois de 2,27% e 5% verificados em 2006 e 2005) e a 3,16% do investimento realizado (depois de 3,42% e 8,75% também verificados em 2006 e 2005).

### 2.2.4. ANALISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007), nomeadamente o estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município a 31 de Dezembro de

2007:

|    |        | Descrição                                                              |      | 2007          |
|----|--------|------------------------------------------------------------------------|------|---------------|
| 1  |        | Capital em dívida de médio e longo prazo                               |      | 7 553 778.56  |
| 2  |        | Total do endividamento líquido                                         |      | 12 615 976.28 |
| 3  |        | Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento            |      | 1 325 717.11  |
| 4  |        | Dívida à EDP 1988                                                      |      |               |
| 5  | =1-3   | Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento |      | 6 228 061.45  |
| 6  | =2-3-4 | Endividamento Líquido a considerar                                     |      | 11 290 259.17 |
| 7  |        | Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)             |      | 5 072 934.60  |
| 8  |        | Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)               | 125% | 6 341 168.25  |
| 9  |        | Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)            | 10%  | 507 293.46    |
|    |        | <b>Limite de empréstimos de curto prazo</b>                            |      |               |
| 10 |        | Empréstimo curto prazo contratado                                      |      |               |
| 11 |        | Montante em excesso                                                    |      |               |
| 12 |        | Margem para o limite                                                   |      | 507 293.46    |
|    |        | <b>Limite de empréstimos de médio e longo prazo</b>                    |      |               |
| 13 |        | Montante em excesso                                                    |      | 1 155 126.85  |
| 14 | =5-7   | Margem para o limite                                                   |      |               |
|    |        | <b>Limite de endividamento líquido</b>                                 |      |               |
| 14 |        | Montante em excesso                                                    |      | 4 949 090.92  |
| 15 | =6-8   | Margem para o limite                                                   |      |               |

Constata-se que os limites instituídos nos normativos legais mencionados nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 1.155.126,85
- Excesso do limite do endividamento líquido 4.949.090,92

Esta matriz configura uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, que é mais adiante detalhadamente explicitado.

### 3. ANÁLISE DE ACTIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e no Mapa de Execução das Actividades mais Relevantes.

Estes mapas descrevem os investimentos e as actividades relevantes terminados e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

Como síntese, a nível financeiro, é de destacar:

#### a) Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos

|                              |                     |
|------------------------------|---------------------|
| Facturado em anos anteriores | 3.203.499,22        |
| Facturado no ano             | <u>2.411.543,36</u> |

|                                             |                     |
|---------------------------------------------|---------------------|
| Total                                       | 5.615.042,58        |
| Pagamentos de facturação de anos anteriores | 2.185.086,22        |
| Pagamentos de facturação do ano             | <u>1.237.659,44</u> |
| Total                                       | 3.422.745,66        |

## b) Execução anual das Actividades mais Relevantes

|                                                   |                     |
|---------------------------------------------------|---------------------|
| Facturado em anos anteriores                      | 972.619,70          |
| Facturado no ano                                  | <u>1.732.351,13</u> |
| Total                                             | 2.704.970,83        |
| Pagamentos de facturação do ano e anos anteriores | 1.828.078,20        |

## 4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

#### 4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

| Estrutura de Proveitos                 | 2007         |         | 2006         |         | Variação n/n-1 |         |
|----------------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|----------------|---------|
|                                        | Valor        | %       | Valor        | %       | Valor          | %       |
| Vendas e prestações de serviços        | 251 869.80   | 2.85%   | 345 423.62   | 5.26%   | -93 553.82     | -27.08% |
| Impostos e taxas                       | 3 144 928.23 | 35.57%  | 1 339 505.48 | 20.38%  | 1 805 422.75   | 134.78% |
| Variação da produção                   |              |         |              |         |                | nd      |
| Trabalhos para a própria entidade      |              |         |              |         |                | nd      |
| Proveitos suplementares                |              |         |              |         |                | nd      |
| Transferências e subsídios obtidos     | 4 637 162.39 | 52.45%  | 4 471 117.17 | 68.04%  | 166 045.22     | 3.71%   |
| Outros proveitos e ganhos operacionais |              |         |              |         |                | nd      |
| Proveitos e ganhos financeiros         | 366 829.10   | 4.15%   | 305 620.43   | 4.65%   | 61 208.67      | 20.03%  |
| Proveitos e ganhos extraordinários     | 440 716.92   | 4.98%   | 109 619.40   | 1.67%   | 331 097.52     | 302.04% |
| Proveitos Totais                       | 8 841 506.44 | 100.00% | 6 571 286.10 | 100.00% | 2 270 220.34   | 34.55%  |

A estrutura dos proveitos demonstra que 52,45% resultam de transferências e subsídios obtidos (em relação a 68,04% do exercício transacto), onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de

Estado. Denota-se e reforça-se a ideia já relatada de excessiva dependência relativa a meios externos, apesar dos impostos e taxas representarem 35,57% dos proveitos totais.

Os proveitos totais evidenciam um acréscimo significativo de 2.270.220,34 euros (34,55%) entre exercícios, essencialmente por influência dos impostos e taxas, bem como dos proveitos e ganhos financeiros.

O aumento dos proveitos financeiros encontra-se parcialmente relacionado com a diminuição das vendas, na medida em que foi alterada a classificação de algumas rendas recebidas, que passaram a ser devidamente registadas como proveitos financeiros, em detrimento de vendas.

#### 4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

| Estrutura de Custos                         | 2007          |         | 2006          |         | Variação n/n-1 |         |
|---------------------------------------------|---------------|---------|---------------|---------|----------------|---------|
|                                             | Valor         | %       | Valor         | %       | Valor          | %       |
| Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas        |               |         |               |         |                |         |
| Fornecimentos e serviços externos           | 3 185 655.21  | 28.42%  | 3 321 054.33  | 30.06%  | -135 399.12    | -4.08%  |
| Custos com o pessoal                        | 2 698 197.67  | 24.07%  | 2 838 742.16  | 25.69%  | -140 544.49    | -4.95%  |
| Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais | 803 270.31    | 7.17%   | 395 942.14    | 3.58%   | 407 328.17     | 102.88% |
| Amortizações do exercício                   | 3 522 840.54  | 31.43%  | 3 527 725.02  | 31.93%  | -4 884.48      | -0.14%  |
| Provisões do exercício                      |               |         |               |         |                |         |
| Outros custos e perdas operacionais         | 38 115.00     | 0.34%   | 15 049.94     | 0.14%   | 23 065.06      | 153.26% |
| Custos e perdas financeiros                 | 463 800.17    | 4.14%   | 343 508.17    | 3.11%   | 120 292.00     | 35.02%  |
| Custos e perdas extraordinários             | 497 339.70    | 4.44%   | 606 577.92    | 5.49%   | -109 238.22    | -18.01% |
| Custos Totais                               | 11 209 218.60 | 100.00% | 11 048 599.68 | 100.00% | 160 618.92     | 1.45%   |

As rubricas mais preponderantes na estrutura de custos, são os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal, que no exercício de 2007 representaram 28,42% e 24,07% dos custos totais, respectivamente. Constata-se em 2007 o valor de 3.522.840,84 euros das amortizações do imobilizado decorrente da inventariação do imobilizado da Autarquia que permanecia por registar, tarefa concretizada no exercício de 2006, conforme se encontra devidamente explicado na nota 2 do ABDR de 2006. Assim, este género de encargos passou a constituir a principal componente dos custos do Município, tal como se perspectiva que suceda nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o apuramento do resultado líquido do exercício negativo.

### 4.1.3. RESULTADOS

#### 4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2005 e 2007, que evidencia a diminuição progressiva dos mesmos, essencialmente ao nível operacional (operações correntes):

| Rubricas                   | 2005        | 2006          | 2007          | Variação Absoluta<br>06/07 | Var. (%) |
|----------------------------|-------------|---------------|---------------|----------------------------|----------|
| Resultados Operacionais    | -26 020.77  | -3 942 467.32 | -2 214 118.31 | 1 728 349.01               | -43.84%  |
| Resultados Financeiros     | 197 758.35  | -37 887.74    | -96 971.07    | -59 083.33                 | -155.94% |
| Resultados Correntes       | 171 737.58  | -3 980 355.06 | -2 311 089.38 | 1 669 265.68               | -41.94%  |
| Resultados Extraordinários | -410 237.60 | -496 958.52   | -56 622.78    | 440 335.74                 | 88.61%   |
| Resultados Líquidos        | -238 500.02 | -4 477 313.58 | -2 367 712.16 | 2 109 601.42               | 47.12%   |

Como podemos observar, mantém-se a tendência de o Município apresentar resultados negativos, já verificada em exercícios anteriores, o que significa que os custos de estrutura (operacionais) superam os proveitos operacionais (recorrentes) em 2.214.118,31 euros, quanto a 2007.

## 4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

### 4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

| Designação                                             | 2005            | 2006             | 2007              | Variação 06/07    |                |
|--------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|----------------|
|                                                        |                 |                  |                   | Valor             | %              |
| <b>Dívidas de Terceiros de curto prazo</b>             | <b>3 460.33</b> | <b>58 241.08</b> | <b>403 528.11</b> | <b>345 287.03</b> | <b>592.86%</b> |
| Empréstimos concedidos                                 |                 |                  |                   |                   |                |
| Clientes, c/c                                          |                 |                  |                   |                   |                |
| Contribuintes, c/c                                     |                 |                  |                   |                   |                |
| Utentes, c/c                                           |                 |                  | 4 256.44          | 4 256.44          |                |
| Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa | 310.43          | 310.43           | 310.43            |                   |                |
| Adiantamentos a fornecedores                           |                 |                  |                   |                   |                |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado            |                 |                  |                   |                   |                |
| Estado e outros entes públicos                         | 3 149.90        | 3 942.39         | 5 453.16          | 1 510.77          | 38.32%         |
| Administração autárquica                               |                 | 53 988.26        | 53 988.26         |                   |                |
| Outros devedores                                       |                 |                  | 339 519.82        | 339 519.82        |                |
| <b>Dívidas de Terceiros de médio longo prazo</b>       |                 |                  |                   |                   |                |
| <b>Total da Dívida de Terceiros</b>                    | <b>3 460.33</b> | <b>58 241.08</b> | <b>403 528.11</b> | <b>345 287.03</b> | <b>592.86%</b> |

O saldo da dívida de terceiros para com a autarquia continua a assumir um valor sem materialidade, devendo-se o aumento à dívida da Empresa subsidiária “Combanima”, na importância de 53.988,26 €. A rubrica de outros devedores respeita a subsídios a receber, essencialmente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Realçamos, novamente, a impossibilidade dos serviços camarários poderem analisar, verificar e, se for caso disso, pedir esclarecimentos sobre os valores das transferências, efectuadas pela DGCI, relativas aos impostos que constituem receita do Município, porque a informação contida nos documentos de transferência é manifestamente insuficiente.

#### 4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

| Designação                                         | 2005                | 2006                | 2007                | Variação 06/07     |               |
|----------------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------|
|                                                    |                     |                     |                     | Valor              | %             |
| <b>Dívidas a Terceiros de curto prazo</b>          | <b>3 416 769.28</b> | <b>5 979 666.95</b> | <b>6 191 983.23</b> | <b>212 316.28</b>  | <b>3.55%</b>  |
| Empréstimos a curto prazo                          |                     | 404 605.30          | 404 605.30          |                    |               |
| Adiantamentos por conta de vendas                  |                     |                     |                     |                    |               |
| Fornecedores c/c                                   | 1 411 168.54        | 998 338.33          | 1 007 295.88        | 8 957.55           | 0.90%         |
| Fornecedores - Facturas em recep.e conferência     |                     |                     |                     |                    |               |
| Clientes e utentes c/cauções                       | 1 034.40            | 1 004.48            | 997.00              | -7.48              | -0.74%        |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes |                     |                     |                     |                    |               |
| Fornecedores de imobilizado c/c                    | 1 320 144.91        | 1 296 714.08        | 1 101 338.69        | -195 375.39        | -15.07%       |
| Estado e outros entes públicos                     | 450.11              | 30 065.09           | 30 499.84           | 434.75             | 1.45%         |
| Administração autárquica                           | 386 289.99          | 98 458.26           | 43 138.81           | -55 319.45         | -56.19%       |
| Outros credores                                    | 297 681.33          | 3 150 481.41        | 3 604 107.71        | 453 626.30         | 14.40%        |
| <b>Dívidas a Terceiros de médio longo prazo</b>    | <b>7 502 842.70</b> | <b>7 662 237.05</b> | <b>7 553 498.05</b> | <b>-108 739.00</b> | <b>-1.42%</b> |
| Dívidas a instituições de crédito                  | 7 502 842.70        | 7 662 237.05        | 7 553 498.05        | -108 739.00        | -1.42%        |

No final de 2007, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam o valor de 6.191.983,23 euros, superior em relação ao exercício anterior na ordem de 3.55%.

É de realçar que em finais de 2007 a dívida a fornecedores e outros credores totaliza 5.712.742,28 euros, corresponde a 57,49% das receitas totais de 2007.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam uma ligeira descida de 108.739,00 euros (-1,43%) em relação a 2006. Em relação a este passivo, a tendência de aumento do endividamento mantém-se, agravada pela contratação de prazos e períodos de carência cada vez mais alargados que diminuem a autonomia financeira da autarquia e comprometem progressivamente a sua capacidade em honrar os seus compromissos e iniciar novos projectos.

## **5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO**

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 2.367.712,16 euros (dois milhões trezentos e sessenta e sete mil setecentos e doze euros e dezasseis cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

|                                              |                 |
|----------------------------------------------|-----------------|
| a) Transferência para Resultados Transitados | -€ 2.367.712,16 |
|----------------------------------------------|-----------------|